

TEMAS DA CONSULTA PÚBLICA SINVE SE-CAMEX 2/2020  
(em ordem alfabética)

1. Aduaneiro
2. Aéreo
3. Defesa
4. Energia
5. Financiamento, Seguros e Mercado de Capitais
6. Mineração
7. Petróleo e Gás
8. Previdenciário
9. Saúde e Vigilância Sanitária
10. Tecnologia e Comunicações
11. Transportes Terrestres
12. Tributação

**1. Aduaneiro**

a. Procedimento aduaneiro.

- Regime de despacho aduaneiro de importação e exportação e o regime de trânsito aduaneiro
- Impactos do controle aduaneiro informatizado para a movimentação de embarcações, cargas e unidades de carga nos portos alfandegados
- Recof-Sped (Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital) e operações de industrialização

**2. Aéreo**

a. Exploração do serviço aéreo

- Requisitos do processo de concessão para exploração de serviços regulares de transporte aéreo

b. Coordenação de SLOTS

- Diminuição da concentração de mercado e melhoria da concorrência no setor - Modelo de alocação de horários de chegadas e partidas em aeroportos coordenados (slots),

c. Certificações aéreas

- Certificação e supervisão de organizações de manutenção de produto aeronáutico
- Certificação e supervisão da capacidade de manutenção e readequação de requisitos técnicos aplicáveis a empresas aéreas operando sob os RBAC 121 e 135

d. Transformação digital

- Requisitos para utilização de documentos natodigitais

### **3. Defesa**

#### **a. Produtos de Defesa**

- Procedimentos gerais de avaliações de Produtos Controlados pelo Exército (PCE) e barreiras não tarifárias
- Política Nacional de Indústria da Defesa, especialmente quanto aspectos de Financiamento e Garantias, Tributação e Orçamento.
- Política Nacional de Exportação e de Importação de Produtos de Defesa (Pnei-Prode).

#### **b. Centro Espacial de Alcântara**

- Regulação da atividade aeroespacial em razão da utilização do Centro Espacial de Alcântara (CEA) por empresas privadas

### **4. Energia**

#### **a. Serviço público de iluminação pública**

- Fornecimento de energia elétrica para o serviço público de iluminação pública: padronização de contratos, prazos e procedimentos
- Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal

#### **b. Transformação digital**

- Atendimento ao Público e transformação digital, especialmente quanto às medidas para desburocratizar a regulamentação e para dar mais segurança na avaliação de investimentos na modernização do processo de atendimento.

#### **c. Sistema de compensação de energia e microrredes**

- Micro e Minigeração distribuída, especialmente no aspecto econômico do Sistema de Compensação de Energia, sobretudo nos casos em que a geração distribuída seja instalada em unidade consumidora distinta daquela na qual ocorre o consumo.
  - Compartilhamento de infraestrutura com o setor de telecomunicações, em conjunto com a Anatel
  - Expansão dos recursos energéticos distribuídos, incluindo resposta à demanda, usinas virtuais e microrredes

#### **d. Contratos de energia elétrica**

- Caducidade de contratos de concessão de distribuição de energia elétrica
- Garantias Financeiras do Mercado de Curto Prazo
- Processo de Contabilização e Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo - MCP na CCEE.

- Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica (Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020).

e. Mercado e governança

- Comercialização varejista, sob a ótica da abertura de mercado (flexibilização dos requisitos de migração para o ACL) e da viabilidade de agregação de dados de medição.
- Revisão da taxa de remuneração regulatória para os segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição (Submódulos 2.4, 9.1 e 12.3 do PRORET)
- Transferência de controle societário
- Avaliação da qualidade dos sistemas de governança corporativa dos agentes de distribuição de energia elétrica.
- Venda de excedentes das distribuidoras
- Regulação Prudencial e Corporativa
- Mercado Atacadista de Energia – MAE

f. Tarifário

- Procedimento de Regulação Tarifária
- Processo tarifário de Permissionárias de Distribuição

g. Autorizações e outorgas

- Autorização de Comercializadores de Energia
- Outorga a agente de geração

## **5. Financiamento, Seguros e Mercado de Capitais**

a. Negócios inovadores em atividades regulamentadas no mercado de valores mobiliários.

- Constituição e funcionamento de ambiente regulatório experimental (*sandbox* regulatório) que permite testar modelos de negócio inovadores

b. Participação acionária aplicável às companhias abertas

- Redução, mediante fixação de escala em função do valor do capital social, da porcentagem mínima aplicável às companhias abertas (Regulamentação do art. 291 da Lei nº 6404/76)

c. Emissão de certificados de depósito de valores mobiliários – BDR

- Revisão de norma de BDR para possibilitar: aquisição por investidores de varejo; constituição de BDR lastreados em dívida e em fundos de índice emitidos no exterior e revisão do conceito de emissor estrangeiro.

d. Ofertas públicas de distribuição de Certificado de Operações Estruturadas – COE, títulos de crédito Letra Financeira – LF e Letra Imobiliária Garantida – LIG

- Regulamentação sobre as ofertas públicas de distribuição de COE, LF e LIG realizados com dispensa de registro
- Debêntures incentivadas para a infraestrutura de telecomunicações

e. Lei de Liberdade Econômica – Fundos de Investimentos

- Regulamentação relativa a: constituição sob condomínio especial, a criação de classes de cotas e a segregação de patrimônio, limitação da responsabilidade do investidor e a responsabilidade dos prestadores de serviço

f. ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário

- Reforma e consolidação das regras que dispõem sobre ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário, para simplificar e acelerar a concessão de registro e compatibilizar com recentes recomendações da IOSCO

g. Securitização

- Regulamentação sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios, emissoras de valores mobiliários ofertados publicamente
- Hipóteses de seguro obrigatório de bens dados em garantia
- Dívida subordinada na composição de capital \*nova norma
- Emissão de títulos vinculados a riscos de (res)seguros (ILS - Insurance Linked Securities) \* nova norma

h. Fundos de Investimento

- Constituição e funcionamento de fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, incluindo os comandos da Lei de Liberdade Econômica
- Fundo de investimento imobiliário em relação a acrescentar regras de prevenção da negociação com informação privilegiada -Insider Trading

i. Agente de Investimentos e Auditoria

- Atividade de Agente Autônomo de investimento em relação a: forma de constituição dados agentes pessoa jurídica, exclusividade de contratação com corretoras e transparência da remuneração
- Procedimentos e condições para credenciamento e contratação de agentes financeiros \*nova norma
- Autorização de pessoas, em especial estrangeiros, para a ocupação de cargos na administração de entidades supervisionada

j. Financiamento do Turismo

- Linhas de crédito de financiamento do setor de turismo.

k. Registro e Risco de Operações

- Garantias e mitigadores de risco

- Sistema de Registro de Operações
- Seguros de danos massificados e grandes riscos
- Seguro paramétrico e uso para mitigação de risco base
- Segmentação e Proporcionalidade: Medidas proporcionais à natureza, complexidade e risco de operações \*nova norma
- Comitê de Risco Reputacional no âmbito das operações não reembolsáveis e de patrocínio \* novas norma

## **6. Mineração**

### **a. Autorização de Pesquisa Mineral**

- Procedimentos operacionais, que visam à simplificação do processo de obtenção de Alvará de Autorização de Pesquisa Mineral – Requerimento eletrônico de pesquisa (Plano Lavra)

### **b. Título minerário**

- Utilização do título minerário como garantia para fins de financiamento

### **c. Outorga e normatização das atividades de mineração**

- Requisitos para outorga de títulos

### **d. Fechamento de Mina**

- Procedimentos e parâmetros técnicos descritos nas Normas Reguladoras da Mineração – NRM's 20.4 e 20.5

### **e. Reaproveitamento de Resíduos da Mineração**

- Simplificação de procedimentos e segurança jurídica para o aproveitamento de resíduos da mineração

### **f. Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM).**

- Regras de cobrança e distribuição da CFEM

### **g. Água Mineral**

- Especificações técnicas para o aproveitamento de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa, destinadas ao envase, ou como ingrediente para o preparo de bebidas em geral ou ainda destinada para fins balneários

### **h. Relatório Anual de Lavra – RAL**

- Procedimentos gerais para apresentação do Relatório Anual de Lavra – RAL

### **i. Disponibilidade de Área**

- Procedimento de oferta pública de áreas para dinamizar o setor mineral

## **7. Petróleo e Gás**

### a. Petróleo e gás

- Regime tributário e aduaneiro especial de utilização econômica de bens destinados às atividades de exploração, desenvolvimento e produção das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped)

## **8. Previdenciário**

### a. CSLL, COFINS e PIS/PASEP

- Procedimento de administração, o lançamento e as consultas para a determinação e o pagamento do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas e o tratamento tributário da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins

### b. Tributação e arrecadação

- Tributação previdenciária e arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e as destinadas a outras entidades ou fundos

- Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), destinada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), devida pelas empresas à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)

## **9. Saúde e Vigilância Sanitária**

### a. Medicamentos

- Critérios para a concessão e renovação do registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos, classificados como novos, genéricos e similares

### b. Alimentos

- Requisitos para avaliação de novos alimentos e novos ingredientes, principalmente para produtos com histórico de uso seguro e melhoria do procedimento com vistas à maior efetividade, proporcionalidade e celeridade das avaliações do órgão regulador

### c. Portos, aeroportos e fronteiras

- Concessão de autorizações sanitárias para o funcionamento de empresas, estabelecimento e certificação de boas práticas de armazenamento em portos, aeroportos e fronteiras

- Internacionalização de aeroportos brasileiros

## **d. Tecnologia e Comunicações**

### a. Desenvolvimento Espacial

- Licenciamento para Atividades Espaciais
- Procedimentos e requisitos para licença de operador para execução de atividades espaciais de lançamento no território brasileiro
- Procedimentos e atribuições aplicáveis ao Operador da Segurança do Centro e ao Organismo de Certificação Espacial
- Desenvolvimento de ciências espaciais básicas e aplicadas pelo Programa UNIESPAÇO
- Programa de Desenvolvimento Tecnológico Espacial
- Regulamento de Registro de Objetos Espaciais lançados no espaço exterior \* nova norma

b. Transformação digital

- Programa Cidades Digitais
- Procedimentos para avaliação e certificação de produtos de nanotecnologia e de produtos advindos da nanotecnologia

**e. Transportes Terrestres**

a. Extinção do Contrato por caducidade

- Regulamentação do processo de aplicação da penalidade de caducidade no âmbito da ANTT (Lei nº 8.987/95, art. 35, inciso III)

b. Execução de Obras e Serviços

- Adequação dos procedimentos de execução de obras e serviços realizados pelas concessionárias nas rodovias federais reguladas pela ANTT, bem como aos contratos de concessão firmados a partir de 2007

c. Marco Regulatório do Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros

- Revisão da norma para que o mercado de transporte rodoviário regular interestadual de passageiros atue em ambiente de livre e aberta competição com liberdade tarifária.

d. Serviços públicos associados ao transporte ferroviário de cargas

- Disciplinar o serviço adequado de transporte ferroviário de cargas, de tráfego ferroviário e de operações acessórias (conceituações sobre o serviço, criação de indicadores e estabelecimento de padrões mínimos de referência)

e. Acesso dos Operadores Ferroviários Independentes ao Subsistema Ferroviário Federal – SFF

- Regulamentos relativos ao acesso dos Operadores Ferroviários Independentes ao Subsistema Ferroviário Federal – SFF, por meio do compartilhamento de infraestrutura ferroviária e de recursos operacionais, na modalidade de Direito de Passagem ou Tráfego Mútuo.

- f. Contratação e manutenção de seguros pelas concessionárias ferroviárias
  - Simplificação dos requisitos previstos na norma e à adequação das obrigações às práticas de mercado
- g. Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC
  - Procedimentos para inscrição e manutenção no RNTRC, instituição de infrações e penalidades relacionadas
- h. Vale-Pedágio
  - Modernizar os conceitos estabelecidos na Resolução ANTT nº 2.885/2008 e aprimorar o processo de habilitação de Fornecedoras de Vale-Pedágio obrigatório.

### **13. Tributação**

- a. Criptoativos
  - obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações realizadas com criptoativos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)
- b. Isonomia tributária em bens e serviços de defesa
  - Promoção de isonomia tributária em relação aos bens e serviços de defesa importados, quando estes forem menos onerados que os nacionais, conforme previsto na nova Política Nacional da Base Industrial de Defesa – PNBID \*nova norma
- c. Operações de compra e venda de bens e serviços
  - Preços a serem praticados nas operações de compra e venda de bens, serviços ou direitos efetuados por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil, com pessoas física, residente ou domiciliada no exterior, consideradas vinculadas
- d. Repetição de indébito
  - Restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)